

Revolta no Conselho

Criado por Lula em 2003, o Conselho de Desenvolvimento virou um palanque, para seu comandante pedir idéias para um segundo mandato. A platéia ficou irada

Julia Duailibi

Ricardo Stuckert/PR



Na semana passada, o famoso Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, através do qual o governo Lula pretendia estabelecer um diálogo permanente com uma parcela da sociedade brasileira, realizou sua 17ª reunião em Brasília – mas, pelas divergências e constrangimentos que provocou, talvez tenha sido sua última. Diante da presença de menos de setenta pessoas, entre empresários, sindicalistas, professores universitários e ONGueiros, o comandante da reunião, o ministro Tarso Genro, fez seu número de prestidigitação e disse à platéia que o governo vive um momento de normalidade. Em seguida, festejou a decisão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de não pedir o impeachment do presidente Lula, limitando-se a enviar uma notícia-crime ao Ministério Público na qual pede o aprofundamento das investigações sobre a eventual participação do presidente no mensalão. Para completar, Genro pediu aos presentes que formulassem sugestões para um plano de desenvolvimento estratégico para o próximo governo. Uma parte da platéia, sentindo-se transformada em massa de manobra eleitoral ao perceber que Genro queria idéias para a reeleição, ficou estupefata.

A médica Zilda Arns, que integra o conselho como representante da Pastoral da Criança, foi um dos presentes que não gostaram do que ouviram. "Acho que essas coisas não levam a nada. Esta não é a hora de falar de um segundo mandato", disse ela, que, apesar de tudo, continua achando uma boa idéia participar dos debates do órgão. Outro presente, que solicitou que não fosse identificado, disse que o pedido de Genro representou um constrangimento porque grande parte dos membros do

conselho não tem vinculação com o PT ou com nenhum outro partido. "Percebemos que, no fundo, queriam nos amarrar à campanha de Lula e à sua reeleição. E isso é revoltante", diz o empresário. O ministro Tarso Genro garante que sua intenção jamais foi colher sugestões para um segundo governo de Lula. A idéia, afirma ele, é fazer um plano de desenvolvimento para os próximos anos. "Não pedi sugestões para o próximo governo", diz o ministro. "Pedi proposições e princípios para orientar o crescimento do país em período de quatro, oito, doze anos." Ou seja: Genro está empenhado em produzir quilos de papéis com novas idéias para dar de presente aos candidatos à sucessão de Lula...

Rodolfo Böhner/Gazeta do Povo



Alexandre Battibugli



Zilda Arns, da Pastoral da Criança, e Horácio Lafer Piva, ex-presidente da Fiesp: ela não gostou do pedido de sugestões para o próximo mandato, e ele reclama de inação

O Conselho, assim apelidado, foi criado com a fanfarra habitual do presidente, que o classificou, na sua reunião inaugural, em fevereiro de 2003, como "uma das coisas mais importantes deste governo" e uma iniciativa "nunca antes vista". Na época, o Conselho costumava reunir-se com a presença de uma centena de seus membros e Lula estava em todos os encontros e prometeu usar o novo órgão para fazer as cinco reformas fundamentais: trabalhista, sindical, tributária, política e previdenciária. Passados mais de três anos, o Conselho está esvaziado e não produziu nem um décimo do seu ambicioso resultado. "Lá, temos todos os diagnósticos, vários bons projetos e poucos resultados. Preocupa-me ter assuntos demais e que talvez atrapalhem a conclusão de alguns poucos outros assuntos, mas substantivos", afirma o empresário Horácio Lafer Piva, ex-presidente da Fiesp. "Embora o conselho seja um órgão assessor, a expectativa era que tivéssemos tido mais participação nas ações do governo ou mais aderência de suas propostas com o que andou sendo discutido", completa Piva, que, na última reunião, chamou a atenção dos conselheiros para a necessidade de que os debates ali travados se traduzissem em ações.

No decorrer de seus três anos de vida, o Conselho virou um retrato do velho assembleísmo inócuo do PT. Perdeu o status inicial, seus debates resultaram na produção de peças quase literárias, como as chamadas "Cartas de Concertação", que simplesmente compilam diretrizes sobre inúmeros temas, e mesmo as decisões concretas que chegaram a ser aprovadas nunca deixaram o papel. A professora Sonia

Fleury, cientista política da Fundação Getulio Vargas (FGV), por exemplo, é autora de uma proposta clara: a alteração da composição do Conselho Monetário Nacional, órgão que define, entre outras coisas, as metas anuais de inflação. Sua proposta, devidamente aprovada pelo Conselhão, dorme numa gaveta do presidente Lula. Na semana passada, Sonia Fleury cobrou uma ação do governo. "O conselho tem uma efetividade muito grande, é um local onde as elites e o resto do país podem se encontrar. Mas sua eficácia é baixa. Temos sugestões, mas nem sempre o governo quer ouvi-las", diz a professora. Por que será que o ministro Tarso Genro resolveu agora pedir mais sugestões para os "próximos anos"?